

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Posicionamentos de homens que vivem em relação conjugal violenta: descrições
e análises de profissionais que os atendem.

BOLSISTA: Priscilla Cabral Correia, Fapeam

MANAUS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0149/2012

Posicionamentos de homens que vivem em relação conjugal violenta:
descrições e análises de profissionais que os atendem.

Bolsista: Priscilla Cabral Correia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

MANAUS

2013

Todos os direitos deste relatório são reservados a Universidade Federal do Amazonas, ao Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, do Departamento de Psicologia e aos seus autores.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, na linha de Atenção a indivíduos, grupos e populações vulneráveis, do Departamento de Psicologia.

RESUMO

Dentre os avanços obtidos através dos estudos sobre violência doméstica, está a possibilidade de compreender as diferentes visões sobre o homem inserido neste contexto, a partir de três grandes posicionamentos sobre esta questão. O primeiro define a situação enquanto um problema relacionado ao patriarcado e um problema de gênero, amplamente ligado às questões radicais feministas; o segundo, enquanto culturalista, representa o trânsito entre uma idéia genérica de patriarcado para uma idéia que privilegie a violência como expressão da insegurança masculina, não resumindo o poder à masculinidade. E o terceiro, que busca um consenso entre estes dois polos, admitindo casos em que o homem impõe um terrorismo à mulher e outros em que tanto a mulher quanto o homem agem de maneira violenta em seu relacionamento. A partir destas possibilidades compreensivas, objetivou-se identificar, através da fala de profissionais, possíveis limites e recursos de enfrentamento à violência gerados pelo atendimento a homens tidos como autores de violência conjugal e, ainda, apontar nas falas analisadas estes limites e recursos que possam vir a ser encontrados, identificar situações de atendimento vivenciadas ou narradas por estes profissionais que se articulam com o referencial teórico, comparar a visão que os profissionais entrevistados têm sobre a causa da violência conjugal com a produção acadêmica sobre a polarização do tema e verificar quais os pólos da polêmica estes tendem a apoiar. Através do método de Análise de Conteúdo, foram analisadas quatro entrevistas que compuseram o *corpus* da pesquisa realizada pela Dra. Kátia Lenz de Oliveira, intitulada “Limites e potenciais de homens tidos como autores de violência conjugal para cuidar de si e de outros: uma análise sociocultural”, O material de análise foi selecionado dentre 13 entrevistas feitas a profissionais que trabalham com violência doméstica em instituições da cidade de Manaus, tendo sido adotado o critério de *purposive sampling* (amostra proposital ou intencional), visando assegurar uma diversidade de olhares sobre as questões a serem investigadas. As entrevistas se configuraram enquanto entrevistas episódicas, uma conjugação da entrevista semi-estruturada e da entrevista narrativa, a fim de usar suas descrições e análises sobre homens que vivem relação conjugal violenta atendidos por eles, identificando e compreendendo os posicionamentos dos homens dentro da relação conjugal e nos atendimentos a ele prestados, revisitando a polêmica em torno das causas da violência conjugal.

Palavras chave: violência conjugal, homens, profissionais, atendimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DESENVOLVIMENTO.....	9
2.1 Violência conjugal: um breve histórico.....	9
2.2 Pólos de discussão em violência conjugal.....	10
2.3 O profissional no contexto da violência conjugal.....	12
3. METODOLOGIA.....	14
3.1 Tipo de pesquisa.....	14
3.2 Caracterização dos documentos.....	14
3.3 Método de análise.....	19
4. RESULTADOS.....	21
4.1 Revisão do projeto.....	21
4.2 Apresentação de resultados e discussão.....	21
4.2.1. Possíveis causas da violência conjugal de acordo com os profissionais entrevistados.....	21
4.2.2. Profissionais entrevistados e os pólos de discussão sobre o tema.....	27
4.2.3. Recursos a um atendimento responsabilizante e de apoio.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	41
7. CRONOGRAMA.....	44

1. INTRODUÇÃO

Pondaag (2009) afirma que no Brasil, a cada quinze segundos uma mulher sofre agressões, sendo a maioria destas dentro do âmbito familiar da mesma, perpetrada pelo seu próprio companheiro. A magnitude deste dado ressalta a importância da discussão sobre este tema, que, antes reservado apenas ao espaço doméstico, possui na atualidade alcance público, especialmente com a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) que objetiva “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...) e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.

Ao colocar-se as relações conjugais violentas no âmbito social, não se pretende apenas dar maior visibilidade aos casos, mas também pensar nas formas em que a violência doméstica é vista pela população e pelos profissionais que atendem a esta demanda. Schraiber et al (2005, p. 156) destacam que trabalhar com os homens é fundamental, haja vista que, caso não tenham condições de refletir sobre o seu comportamento, é provável que o reproduzirão ao longo da vida.

Melo e Medrado (2008) apontam que, assim como existem discussões no sentido de difundir críticas ao modelo hegemônico sexista, existem também “ações de mobilização voltadas para os “agentes sociais” que já atuam nas situações de violência contra a mulher para que mudem a perspectiva de suas intervenções, dando também atenção aos homens”. (p. 85). No entanto, há poucos estudos que dêem conta da sustentação de discussões sobre esta questão, como afirmado por Gomes e Nascimento (2006)

“por último, em termos de lacunas, pode-se destacar que pesquisas ainda se fazem necessárias para que sejam aprofundadas as relações entre masculinidades, no plural, e saúde. Nesse sentido, as investigações com abordagem qualitativa podem trazer contribuições para que tais relações tornem-se mais visíveis a partir dos cenários de nacionalidade, classe, idade, raça/etnia e orientação sexual, dentre outros” (p. 910).

Este projeto de pesquisa visa, portanto, criar novas questões e pontos de discussões

nos pontos polêmicos a serem discutidos no referencial teórico, corroborando, deste modo, a discussão deste tema à nível nacional. Percebendo-se a necessidade de se colocar em pauta qual o espaço de atendimento que o homem em relação conjugal violenta, através do discurso dos profissionais que trabalham na rede tem-se, enquanto objetivo geral:

- Identificar, através da fala de profissionais, possíveis limites e recursos de um atendimento responsabilizante e de apoio a homens tidos como autores de violência conjugal no enfrentamento à violência.

E, enquanto objetivos específicos:

- Comparar a visão que os profissionais entrevistados têm sobre a causa da violência conjugal com a produção acadêmica sobre a polarização do tema;
- Identificar situações de atendimento vivenciadas ou narradas por estes profissionais que se articulam com o referencial teórico.
- Apontar possíveis limites a um atendimento de apoio e responsabilizante a homens tidos como autores de violência conjugal, a partir das falas dos profissionais
- Apontar possíveis recursos a um atendimento de apoio e responsabilizante a homens tidos como autores de violência conjugal, a partir das falas dos profissionais.

Estes objetivos substituíram os inicialmente propostos, que visavam, enquanto objetivo geral:

“Usar de descrições e análises de profissionais sobre homens que vivem relação conjugal violenta atendidos por eles, para identificar e compreender os posicionamentos dos homens dentro da relação conjugal e nos atendimentos a ele prestados; revistando assim a polêmica em torno das causas da violência conjugal.” (versão do projeto inicial)

E, enquanto objetivos específicos:

“Comparar a visão que os dos profissionais entrevistados têm sobre a causa da violência conjugal e os posicionamentos dos homens diante -das companheiras com a produção acadêmica sobre o tema; verificando quais os pólos da polêmica eles tendem a apoiar e a partir de que aspectos de sua experiência de atendimento, ou de sua visão de mundo, o fazem.

Discutir como a visão dos profissionais sobre o tema se configura em limite e/ou recurso para que se estabeleça um atendimento ao mesmo tempo responsabilizante e de apoio para homens tidos como autores de violência conjugal.”

A fim de atingir os objetivos em sua proposta atual, foi realizada uma pesquisa qualitativa, uma vez que a mesma favorece captar dados psicológicos como atitudes, motivações, pressupostos etc (Lazarfeld In: Haguette, 2001). Para o manejo e construção da inteligibilidade dos dados, adotou-se o método de Análise de Conteúdo Temático à luz de Bardin (1977), diferentemente da proposta inicial, cujo método proposto havia sido de Análise de Discurso.

As mudanças processadas ao longo da execução do projeto derivaram da substituição da orientadora bem como maior afinidade desta e sua orientanda com o método de análise posteriormente adotado e, ainda, em atendimento às sugestões do Comitê de Avaliação quando da Apresentação Oral Parcial do presente projeto.

Este relatório é composto de uma parte introdutória, já realizada (acima), que apresenta uma noção geral do trabalho bem como seus objetivos e justificativa. Em seguida, é feita uma exposição da fundamentação teórica e metodológica da pesquisa. Por fim são apresentados os resultados, os quais são discutidos à luz do referencial teórico, tecendo-se considerações finais referentes ao presente estudo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Violência conjugal: um breve histórico

Reconhecida como uma questão de saúde pública que ultrapassa limites sociais, econômicos e continentais, a violência conjugal vem sendo colocada em pauta a nível mundial, o que é ressaltado pela pesquisa do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM (Bicalho, 2001) que aponta que, na América Latina e Caribe, 25 a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica, ou seja, em algum momento de suas vidas, metade das mulheres latino-americanas é vítima de alguma forma de violência.

No Brasil, os maus-tratos às mulheres já foram aceitos – e enaltecidos – pela sociedade, onde a violência era enxergada enquanto ‘correção’ e crianças eram ensinadas a ocupar o lugar social designado para o seu gênero (a mulher ‘obediente’ e o homem ‘corretor’). Portanto, pode-se afirmar que até os primeiros anos da década de 80 (com o movimento feminista), este fenômeno resignava-se ao âmbito familiar. (Alves e Diniz, 2005).

Conforme ressaltam Melo e Medrado (2008), o movimento feminista, o questionamento do imperativo “ser mulher é ser mãe” e a inserção da mulher no mercado do trabalho, especialmente a partir dos anos 60, contribuíram para que o lugar da mulher dentro da sociedade passasse por incessantes debates e, conseqüentemente, transformações.

Antes dos anos 70, Minayo (1990) afirma que havia apenas 3% dos estudos na área. Durante esta década passa a 11%, crescendo para 86% nos anos 80, o que a autora atribui a uma maior consciência dos intelectuais da época sobre o tema. A partir da década de 1980, Alves e Diniz (2005) apontam que a formulação e aplicação do conceito de gênero tenta ampliar a compreensão sobre as diferenças e desigualdades entre os sexos. Dentro desta perspectiva, tenta-se focar os aspectos sociais, indicando o lugar do feminino e do masculino dentro da sociedade e não apenas a expressão de papéis sociais rígidos condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre homem e mulher.

Como resultado deste processo, em 2006 foi sancionada a Lei 11.340 (Lei ‘Maria da Penha’) que reforça a saída do fenômeno da violência doméstica do âmbito privado para o público, e que o define enquanto “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. (Brasil, 2006)

Desta forma, entende-se que é necessário colocar-se em pauta que a violência ultrapassa os limites da agressão física, podendo ser classificada, segundo a Lei em questão,

enquanto violência física (agressões físicas), psicológica (ameaça, constrangimento, manipulação etc), sexual, de negligência, moral (calúnia, difamação, injúria etc) e patrimonial (retenção, destruição ou subtração de objetos). Grossi (apud Alves e Diniz, 2005) afirma, ainda, que índices de analfabetismo, miséria, desemprego e fome (problemas que afetam a qualidade de vida do ser humano), são indicadores de uma ‘violência invisível’ – disseminada nas relações sociais.

Atualmente, a violência conjugal vem sendo amplamente discutida. Todavia é necessário ressaltar que – ainda na primeira década dos anos 2000 – pesquisas evidenciam que a violência contra a mulher parece não constituir, aos olhos dos homens investigados uma questão jurídica ou de saúde (Mercado e Lira, 2003; Acosta e Barker, 2003).

Ao mesmo tempo, a violência contra a mulher foi considerada (Instituto Patrícia Galvão, 2004) um dos temas que mais ‘preocupa’ a mulher brasileira atualmente, por homens e mulheres de todos os estados brasileiros. Estes dados se apresentam como parte de um contexto social onde o debate sobre violência contra a mulher ultrapassou as questões feministas, de forma que no tópico a seguir serão expostos alguns pólos de discussão que foram construídos acerca do tema.

2.2 Polos de discussão em violência conjugal

Oliveira e Gomes (2011) apontam que há diferentes inteligibilidades sobre a questão da violência doméstica, cujo foco de diferenciação, de acordo com Oliveira (2011) é composto por três aspectos: a discussão em torno de como deve-se nomear o fenômeno (objeto de estudo/discussão), as explicações causais do objeto, e pelos atores sociais que representam cada grupo argumentativo, o que ajuda a entender os objetivos políticos.

Assim, os autores citados classificam modo através dos quais os estudiosos da área discutem este tema, propondo três pólos, os quais serão detalhados a seguir.

O primeiro polo identificado, define a situação enquanto um problema relacionado ao patriarcado e um problema de gênero, amplamente ligado às questões radicais feministas. Foi este movimento que colocou em pauta o conceito de gênero no que se refere à construção social do sexo e que iniciou as denúncias públicas e – no Brasil – incentivaram a criação de delegacias especializadas (Delegacia da Mulher) e abrigos para mulheres vítimas. (Oliveira et al, 2010)

O segundo pólo, entendido enquanto culturalista, representa “o trânsito entre uma idéia genérica de patriarcado para uma idéia que privilegie a violência como expressão da

insegurança masculina” (Couto e Schraiber 2005 apud Oliveira e Gomes 2011). Desta forma, não é resumido o poder à masculinidade, advertindo quanto aos problemas do discurso da vitimização feminina e utilizando de conceitos como ‘sistema familiar’.

Há ainda uma terceira perspectiva ressaltada por Oliveira e Gomes (2011) com características mais integrativas, buscando um consenso entre os dois pólos. Soares (1999, apud Oliveira e Gomes, 2011) argumenta a necessidade dessa outra perspectiva pela existência de diferentes tipos de casos: um tipo que se dá por um verdadeiro terrorismo inferido pelo homem à mulher, representado pelos debates feministas; e outros em que podemos ver violências mútuas.

Em resumo, percebe-se que o primeiro pólo permite enfatizar hierarquias e/ou complementaridades de gênero ou ainda desvalorizações das mulheres, o segundo, por sua vez, abriga uma multiplicidade bem maior de perspectivas teóricas/filosóficas e políticas, variando entre algo que não está relacionado centralmente à cultura machista, ou a algo que se articula a esta, mas que é visto como tão importante quanto o machismo. Por fim, o terceiro e último pólo refere-se tanto a cultura patriarcal, como a questões psicológicas ou relacionais, não articuladas ou advindas de uma hierarquização entre os parceiros. (Oliveira 2011)

Para uma melhor visualização, apresentamos, no quadro abaixo (Tabela 1), uma síntese da sistematização proposta por Oliveira e Gomes (2011):

	Primeira via	Segunda via	Terceira via
O fenômeno	Violência contra a mulher; violência de gênero	Violência familiar; Violência na relação.	Violência conjugal ou de gênero ou violência de um dos cônjuges.
Explicações causais	Problema de patriarcado/gênero	Homens e mulheres perpetram violências igualmente (ou quase) graves.	Existência de estilos distintos de conjugalidade violenta.
Atores sociais	Amplamente ligado às questões feministas	Autores de dentro e de fora do feminismo, atuando como contraposição ou em parceria.	Cientistas sociais e psicólogos buscando, no mínimo, parceria com o feminismo.

Tabela 1: Polos de discussão acerca da violência conjugal, segundo Oliveira e

Gomes(2011).

Aqui se ressalta a importância da compreensão destas diferentes inteligibilidades, tendo em vista a própria Lei Maria da Penha que no § 1º do artigo 3º versa que o poder público tem como dever desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.

2.3 O profissional no contexto da violência conjugal

No inciso V do artigo 35 da Lei 11.340, se institui que as políticas públicas, que a União, o Distrito Federal, os Estados ou os Municípios poderão, observando os limites de suas competências, podem criar e promover centros de educação e reabilitação para os agressores, com o objetivo precípuo de discorrer acerca de sua implementação como política pública efetiva no combate à violência de gênero, e mais especificamente a violência contra a mulher. De acordo com Oliveira (2011), estas políticas públicas assumem um papel primordial na garantia de direitos e eliminação das diferenças sociais, inclusive no que diz respeito às desigualdades entre os gêneros.

Conforme ressaltado por Melo e Medrado (2008), percebe-se aqui uma mudança de perspectiva, ou seja, em uma Lei que traz seu texto voltado principalmente para a atenção à mulher, passa a voltar-se para o homem na premissa de educação e reabilitação dos mesmos enquanto homens agressores.

Granja e Medrado (2009), afirmam que, mesmo com esta premissa no artigo supracitado, o “foco continua sendo as mulheres e, assim, é coerente com esse direcionamento, temos políticas, legislações e, conseqüentemente, serviços voltados para a violência contra as mulheres” (p. 27).

A partir deste ponto abre-se a discussão no sentido da forma como este homem é visto e interpretado pelas políticas públicas – e, conseqüentemente, pelos profissionais que os atendem. Conforme categorizado no ponto de discussão que buscou identificar os pólos na polêmica em violência contra a mulher, percebe-se que o ‘lugar’ do homem pertence tanto a um homem enquanto motivo, origem e causa, responsável e executor das desigualdades de gênero quanto à um espaço de igual vítima deste processo (quando comparado à mulher), uma vez que são entendidos como resultados de influências do meio.

A exemplo deste último, podemos citar Alves e Diniz (2005) que propõem uma nova interpretação nas relações estabelecidas entre mulheres e homens (vistos como,

respectivamente, vítima e agressor), tradicionalmente compreendidas como violência de gênero e caracterizadas por atos que provoquem algum tipo de lesão física, mas não se pode desconsiderar as ameaças, o cárcere, as formas de violência emocional e sexual. A mesma perspectiva pode ser encontrado em Melo e Medrado (2008), que assumem uma perspectiva não dicotômica (bom-mal, homem-mulher, vítima-agressor).

Portanto, há uma dicotomia no pensar do lugar do homem neste processo entre autores (logo, profissionais) que produzem acerca do tema, podendo-se, muitas vezes, encontrar profissionais que assumem uma postura machista e naturalizada, como apontado Granja e Medrado (2009) em sua pesquisa com profissionais da área da saúde que lidam com esta temática, quando relatam que é possível perceber uma gama de repertório que sugerem um “nada a fazer” com este sujeito.

Esta discussão é validada quando nos convidamos a refletir sobre as consequências do atendimento profissional ao público alvo, onde estão inseridos diversos profissionais, de diferentes áreas do conhecimento que lidam com a questão da violência doméstica e que, em suas práticas discursivas, tem momentos de ressignificações e rupturas de produção de sentido, onde o uso da linguagem, com sua dinâmica, forma e conteúdo se relacionam nas práticas sociais cotidianas (Spink e Medrado apud Medrado, 2009).

3. METODOLOGIA

3.1 – TIPO DE PESQUISA

O modelo de pesquisa adotado - qualitativa -, favorece a captação de dados psicológicos como atitudes, motivações, pressupostos etc (Lazarfeld In: Haguette, 2001), a partir da identificação destes na fala dos sujeitos. Esta modalidade é entendida como uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais, analisadas a partir dos significados que sujeitos e/ou pesquisador atribuem ao fato (Chizzotti 1998).

3.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Para atingir os objetivos propostos, foi postulado inicialmente a utilização das treze entrevistas feitas pela Professora Dra. Kátia Lenz César de Oliveira durante o projeto de sua tese (Limites e potenciais de homens tidos como autores de violência conjugal para cuidar de si e de outros: uma análise sócio-cultural, Oliveira, 2011).

A tese em questão teve como objetivo compreender sentidos de cuidado e de violência enunciados por homens envolvidos em conjugalidade violenta de forma a identificar como se configuram em limites e recursos para a busca por ajuda externa, e mudanças comportamentais em prol do diálogo com a parceira perante a si e à profissionais que atendem esta demanda. Quando da elaboração da tese, a autora analisou apenas a fala dos homens, deixando a fala dos treze profissionais entrevistados para serem analisadas *a posteriori*.

Foram procurados profissionais com experiência em atendimento psicológico ou de assistência social e com experiência em atendimento policial ou jurídico a homens tidos como autores de violência conjugal em Manaus. O contato e escolha destes foi feito a partir dos trabalhos do setor de Psicologia da delegacia da mulher de Manaus, das extensões universitárias da UFAM junto à Delegacia da Mulher em Manaus e das instituições da Secretaria Estadual de Assistência Social -SEAS: Centro de Referência da Mulher e o abrigo provisório anexo a delegacia.

Ressalta-se que todas as entrevistas realizadas foram realizadas a partir da aprovação do projeto da Profa. Dra. Kátia Lenz César de Oliveira pelo CEP-UFAM (processo 0268.0.115.000-07), tendo sido seguidas as diretrizes da resolução 196/96 do CNS. A utilização das mesmas no presente projeto, partiu da própria pesquisadora autora do projeto de doutorado, com a formulação de novo projeto de pesquisa, desta vez de Iniciação Científica sob sua coordenação, tendo como material de análise o mesmo banco de dados.

Na pesquisa inicial na qual foram gerados os dados, os entrevistados (Tabela 2) foram convidados a compartilhar suas experiências de trabalho e, ainda, suas experiências das suas vidas particulares. Estes trabalhavam nos seguintes locais: Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher de Manaus, Delegacia de Polícia do 1º. Distrito de Manaus, Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casa do Albergado da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Serviço de Apoio Emergencial à Mulher/SAPEM da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas, e Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – CSPA da Universidade Federal do Amazonas- UFAM e Penitenciária Anísio Jobim. O quadro abaixo reúne a caracterização do banco de dados.

	Idade e sexo	Instituição em que trabalha	Função na instituição	Tempo que atende homens autores de violência conjugal	Grau de Instrução
Profissional 1	41, feminino	Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher	Delegada	4 anos na Delegacia da Mulher e 7 anos em Delegacias gerais	Pós-graduação
Profissional 2	30, masculino	Ufam – Projeto de Extensão “Grupo de Homens que vivem em relação conjugal violenta” da UFAM	Psicólogo	2 anos	Superior completo

Profissional 3	-, feminino	Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Juíza	1 mês na Vara “Maria da Penha” e 14 anos em Vara de Família	Mestre
Profissional 4	28, feminino	Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Assistente social	10 meses	Superior completo
Profissional 5	30, feminino	Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Assistente social	11 meses	Especialista
Profissional 6	46, masculino	Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher	Auxiliar administrativo/ Auxiliar motorista	6 anos	2º grau completo
Profissional 7	-, feminino	Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Psicóloga	22 anos na justiça “comum”	Superior Completo
Profissional 8	-, feminino	Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Psicóloga	22 anos em Vara de Infância e Especiais criminais	Superior Completo
Profissional 9	37, masculino	Delegacia Especializada em Crimes	Delegado	7 anos, há 1 anos na Delegacia	Superior Completo

		contra a Mulher		Especializada	
Profissional 10	48, feminino	Cadeia Pública	Psicóloga	3 anos na Cadeia Pública e há 1 ano com homens em situação de violência conjugal	Especialista
Profissional 11	35, masculino	Sapem	Psicólogo	4 meses	Especialista
Profissional 12	47, feminino	Ufam	Psicóloga	2 anos	Doutora
Profissional 13	27, masculino	Ufam	Estagiário do Projeto de Extensão “Grupo de Homens que vivem em relação conjugal violenta” da UFAM	1 ano	Discente finalista do curso de Psicologia da Ufam

Tabela 2: Profissionais entrevistados pela Profa. Dra. Kátia Lenz de Oliveira.

A partir do desenvolvimento do projeto, constatou-se, contudo, que, dado o extenso volume de material discursivo contido nas entrevistas, seria necessário redimensionar os documentos a serem utilizados, visando permitir uma análise adequada ao tempo de execução do projeto. Para isto, discutiu-se adotar critérios de inclusão de documentos, visando reduzir o número de entrevistas sem alterar os propósitos do estudo. Adotou-se o critério de *purposive sampling* (amostra proposital ou intencional), a qual assegura a maior diversidade de olhares possíveis em pesquisa qualitativa, de acordo com Lincoln e Guba (1985).

Entendendo que dentre os aspectos que produziriam maior diversidade de olhares face ao interesse da pesquisa estariam o gênero, lugar de atuação destes profissionais e a categoria

profissional a qual pertencem, chegou-se à seguinte composição do *corpus* da pesquisa (Tabela 3):

Instituição em que trabalha	Nome	Idade e sexo	Função na instituição	Tempo que atende homens autores de violência conjugal	Grau de Instrução
Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher	Profissional 1	41, feminino	Delegada	4 anos na Delegacia da Mulher e 7 anos em Delegacias gerais	Pós-graduação
Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Profissional 3	-, feminino	Juíza	1 mês na Vara “Maria da Penha” e 14 anos em Vara de Família	Mestre
Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher	Profissional 4	28, feminino	Assistente social	10 meses	Superior completo
Sapem	Profissional 11	35, masculino	Psicólogo	4 meses	Especialista

Tabela 3: Profissionais cujas entrevistas serão analisadas neste momento

Para a realização das entrevistas foi seguida a proposta de Flick (2002) de “entrevista episódica”, uma conjugação entre as modalidades de entrevista semi-estruturada e entrevista

narrativa. Nesta, o autor explica, que primeiramente é incentivado um discurso explicativo e logo depois, é solicitado que o entrevistado conte uma situação que exemplifica sua opinião. Assim, Oliveira (2011) utilizou o roteiro básico em anexo (ANEXO 1), e foi pedido aos entrevistados que “separassem” as falas dos homens por eles atendidos de suas interpretações destas falas.

As entrevistas foram realizadas de maneira individual ou em dupla, devido ao entendimento da pesquisadora de que estas formas trariam novos tipos de falas (argumentações e descrições) dos homens, na medida em que o espaço de atendimento profissional se constitui em um contexto de interação diferente em relação a entrevista em pesquisa, na medida em que os homens atuam de forma a reagir às opiniões e interpretações dadas por alguém fora de seu círculo social.

3.3 – MÉTODO DE ANÁLISE

No período inicial de realização do presente projeto, optou-se pela substituição do método de análise inicialmente proposto, a saber, Análise do Discurso por Gill (2002) e Spink (1999). Assim, empreendeu-se o ajuste metodológico, adotando o método de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977). Este segundo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens, sendo utilizada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real de forma que se encontrem outras realidades através das mensagens

A resultante do método adotado é a sistematização dos conteúdos frente a um texto complexo, fazendo sua análise a partir do texto concreto ao seu contexto social, compreendendo o processo em três etapas:

a) Pré-análise: leitura exaustiva dos dados para verificação dos conteúdos que emergem.

b) Exploração dos dados: momento em que se dá uma visibilidade inteligível para os dados dispondo-os em categorias criadas segundo o que for verificado como conteúdo emergente.

c) Interpretação dos dados: etapa em que o pesquisador vai dar significação aos dados a partir de sua escolha teórica.

Como resultado do processo de tratamento e análise dos dados, chegou-se à uma

sistematização das entrevistas com os profissionais, sistematizada em forma de quadro com as categorias levantadas, bem como a discussão acerca dos sentidos identificados nas mesmas, à luz das teorias de referência.

4. RESULTADOS

4.1 Revisão do projeto

Como procedimento fundamental à continuidade do projeto, foi inicialmente realizada uma revisão do mesmo, o qual foi apresentado e discutido junto ao Grupo de Pesquisa Psicologia e Práticas Socio-culturais vinculado ao Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS, onde foram discutidas questões metodológicas da pesquisa qualitativa (comum a todos os projetos deste grupo), bem como questões singulares e leituras dialogadas e flutuantes de algumas das entrevistas e resumos de cada projeto do grupo de pesquisa.

Esta revisão resultou em mudanças significativas nos objetivos e forma de análise metodológica que foram propostos inicialmente, os quais já foram devidamente apresentados na seção introdutória do presente relatório. Cabe destacar que todas as mudanças empreendidas realizadas, resultaram tanto de apontamentos realizados pela banca quando da apresentação parcial, quanto das reflexões suscitadas pela revisão do projeto, especialmente pela mudança de orientadora do projeto.

As atuais configurações supracitadas favoreceram o melhor andamento do projeto de pesquisa, face à nova realidade que condicionou sua execução, em especial às significativas mudanças que ocorreram desde sua concepção. Foi possibilitado realizar uma revisão de literatura, que possibilitou uma maior apropriação do tema e do método de análise, bem como subsídios para a discussão dos resultados a serem analisados e apresentados.

4.2 Apresentação de resultados e discussão

4.2.1. Possíveis causas da violência conjugal de acordo com os profissionais entrevistados

A fim de responder ao objetivo específico nº 1 (comparar a visão que os profissionais entrevistados têm sobre a causa da violência conjugal com a produção acadêmica sobre a polarização do tema), obedecendo à metodologia de análise proposta e, em atenção ao objetivo específico nº 2 (identificar situações de atendimento vivenciadas ou narradas por estes profissionais que se articulam com o referencial teórico), apresentaremos a análise referente ao ponto de vista dos entrevistados acerca da “causa da violência conjugal”.

Dos quatro profissionais entrevistados, percebeu-se uma gama de possíveis ‘motivos’ para que a violência conjugal pudesse ser estabelecida nos casos por eles atendidos. No entanto, um dos profissionais não trouxe em seu discurso, seu ponto de vista sobre o tema, apresentando, limitando-se a apresentar um caso específico – o que impediu a inclusão de todas as entrevistas em foco na análise desta questão específica.

A análise inicial da fala dos profissionais destaca a existência de um histórico familiar, associado com a ideia de patriarcado e ciúmes como ‘causas’ mais recorrentes à violência perpetrada pelos homens atendidos, conforme observado nas falas abaixo:

➤ Categoria HISTÓRICO FAMILIAR como CAUSA DA VIOLÊNCIA

A categoria HISTÓRICO FAMILIAR abrangeu falas que situavam a causalidade da violência doméstica em situações anteriores, como violências perpetradas na família de origem ou falta de uma das figuras parentais, conforme verificado nas falas abaixo.

“(...)é aquela questão de ciclo da violência ininterrupto. Você atende uma geração de mulheres que são agredidas, daqui a pouco você vai atender as que são agredidas por um dos filhos daquelas relações doentes. E a, as agressões são iguais.” (Profissional 1)

“A mãe largou entregou pra terceiros, uma tia, a tia não deu conta do menino, já entregou pra outro entendeu? Não tem, não tem nenhuma matriz né? Não tem nenhuma matriz no que... não tem um modelo né? Então pra mim, só o abandono né, existem abandono de filhos que tem a família perfeitamente né? Pra nós que estamos fora, que estão ali estruturados e desestruturados tem filhos abandonados de classe média, classe média alta, a gente sabe que existe né, então esse que foi abandonado que nós falamos aqui, são abandonados de tudo.” (Profissional 3)

➤ Categoria IDEIA DE PATRIARCADO como CAUSA DA VIOLÊNCIA

Por sua vez, quando IDEIA DE PATRIARCADO aparece como uma das possíveis causas da violência mencionada pelos profissionais que atendem homens supostamente autores de violência conjugal, refere-se a uma ideologia onde há papéis de gênero claros e definidos, onde a posição de homem (patriarca) é superior à da mulher.

“Então o discurso é esse, quando eles sentem-se ofendidos e invadidos na sua posição de macho, de patriarcas, que é o homem autoridade da família alí, e eu percebo isso muito

como uma disputa de poder, e quando ele se sente ameaçado é a forma que ele tem de recuperar (...) detecto que vem da questão familiar, uma questão de referencial” (Profissional 11)

➤ Categoria CIÚMES como CAUSA DA VIOLÊNCIA

Nesta categoria, situaram-se falas em que o “motivo” verbalizado pelo homem para a agressão teria sido o ciúme intenso da companheira, como exemplificado abaixo:

“Ele bateu pois, ao chegar do trabalho, ele encontrou essa mulher com outro homem e aí ele se descontrolou e a agrediu, e ela o denunciou, mais depois retirou a queixa, pois ela achava que ele iria ser punido, é um dos motivos é claro”. (Profissional 10)

Apesar de estarem didaticamente separadas, é possível considerar que estas três categorias estejam diretamente relacionadas, uma vez que a “a ideia de patriarcado” possa ser fomentada pelo histórico familiar do sujeito, bem como o ciúme pode aparecer enquanto consequência direta deste.

Esta relação pode ser claramente observada na fala abaixo, onde o indivíduo do exemplo fez parte de uma família patriarcal e, segundo a fala do entrevistado, ‘introjetou’ estes valores sentindo-se, hoje, ‘ameaçado’ quando sua esposa ou companheira não pertencem a determinado ideal:

“Quase 90% dos agressores eles têm o temor, não o temor realmente, mas não estão se adaptando à essa nova cultura social, pois é como se eles tivessem absorvido e introjetado os valores de uma geração masculina anterior a deles e tivessem convivendo com mulheres de outra geração, que não aceitam esses valores introjetados por eles, não sei se está sendo claro, mais um exemplo: eles conviveram com os pais e os avôs cujas mulheres foram preparadas para o casamento, mulheres que não questionavam, que viviam para família para os filhos, mulheres que quando o marido saía e bebia passava um dia ou dois fora de casa, fazia uma canja um caldinho, e não brigavam, pois era uma coisa como se elas tivessem se preparado para enfrentar esse tipo de situação, e aí como eles se desenvolveram nesse ambiente e se casam, elas não estão preparadas para esse tipo de situação, por exemplo: se ele sai para um lado, ela sai para outro, e com isso eles se sentem muito ameaçados, pois é como se buscassem um ideal de mulher e quando não encontram, acabam por querer torná-

las dessa forma meio que a força.” (Profissional 11)

A partir da leitura, depreende-se que parece haver um entendimento de que estes homens aprendem a agir desta maneira, desde a infância, reproduzindo este comportamento no relacionamento amoroso. Outras categorias levantadas até o momento expressam um pensamento causal sobre o comportamento dos homens violentos atendidos foram ENTORPECENTES e PERSONALIDADE.

➤ Categoria ENTORPECENTES como CAUSA DA VIOLÊNCIA

Percebe-se, neste tópico que, entorpecentes (álcool e outras drogas) figuram em dois momentos principais quando do discurso dos entrevistados, o primeiro enquanto ‘causa’ da violência a partir do discurso dos homens atendidos e, em um segundo momento, entendido enquanto ‘disparador’ da violência.

Neste ponto, pode-se perceber certa divergência entre autores afirmam que a associação entre o consumo de álcool e violência pode ser considerada espúria (JOHNSON, 2000 apud Deeke, 2007), outros assumem que existem ambientes, situações e condições individuais onde o álcool – por alterar a percepção das interações sociais – frequentemente atua como um desinibidor, facilitando a violência. (Santos, 2007)

Deste modo, apesar deste quesito também poder se correlacionar com o PATRIARCADO, ressalta-se a importância de separá-lo dos demais quando o assumimos enquanto facilitador de situações de violência que podem ser eliciadas por motivos outros que não o sistema de patriarcado.

“(...) Lógico que quando ele vai trabalhar ele não vai de cara é, cheia, né ? Pessoas safadas, ditas safadas né? Até mesmo na própria rua que moram, ‘não fulano só é violento quando bebe, mas tirando a bebida é uma pessoa maravilhosa’, entendeu? ‘É uma pessoa de fácil convivência, é uma pessoa ótima mas quando ta bêbado...’. E eles falam aqui, eles falam, eu bati porque eu tava bêbado, eu bati porque eu tava bêbado, então isso é discurso comum na audiência aqui ‘eu só bati porque eu tava bêbado e ela também fica me enchendo o saco, e ela tava conversando com não sei quem, ela ficou cobrando isso ela ficou atrás de mim no bar e eu não quero que aconteça isso na frente dos meus amigos’. Aqueles discursos machistas também então eles sempre falam que só batem porque estavam bêbados (Profissional 3)

“Nessa pesquisa que nós fizemos no ano passado, num desses comentários, até que eu ia citar, mas que passou, que eles falavam como álcool, e que as mulheres falavam como álcool e drogas, o motivo né que gera a violência, e eles fazem um comentário que não, que a gente acredita que não é o fator determinante, e até cita uma, uma, promotora né, que a Cris Cavalcante, que trabalha essa questão, não é o fator que gera né, não é a raiz do problema como ela coloca, aí existem outras questões, por trás da construção cultural da sociedade com essa conduta machista né, intolerante, com, com, até educação diferenciada pra mulher pro homem, pro homem como a força né, como o valentão, como, como o, o que tem que né, não pode chorar, então a gente coloca bem isso e não existe muito essa noção da sociedade estar por trás, o machismo né, a cultura mesmo enraizada no machismo, e eles verem mais o que está visível né, e o que está visível é o álcool e droga né?” (Profissional 4)

➤ Categoria PERSONALIDADE como CAUSA DA VIOLÊNCIA

Quando expõe-se PERSONALIDADE como uma das causas, esta parece ser entendida enquanto algo que influencia o sujeito em situações que vão além da violência conjugal, extremamente difícil e/ou impossível de ser ressignificada. Seria, portanto, um atributo disposicional, conferindo ao sujeito um modo de organização e funcionamento psíquico que implica no seu modo de ser e estar no mundo, com expressões claras em suas interações. Algumas falas apontam para estes atributos disposicionais ou personalidade enquanto causa da violência, como nos exemplos abaixo:

“(...)Alguns casos que vemos que existe comprometimento de personalidade e que não tem condições de comprometimento (...) Tiveram uns dois ou três casos que no qual percebemos que não havia condições mesmo, pois por mais que buscássemos acompanhar, e fazer tudo, eles têm essa limitação, que não é somente uma questão conjugal, a violência não é somente isso, mas algo que influencia em todos os ângulos da vida deles.” Profissional 11

“Tinha um paciente que ele é dependente químico, ele já foi preso várias vezes não só por violência conjugal, mas também por outras infrações como tráfico de drogas, assalto a mão armada, e aí nós colocávamos a questão conjugal aqui e perguntávamos se ele estava disposto a melhorar, e ele respondia que sim, que sabia que havia cometido um erro, que a

mulher dele era uma boa mãe e esposa, que queria que ela o perdoasse, pois ele perdia o controle na hora, e dizia “porque o senhor sabe né doutor, macho que é macho, não admite a mulher falar alto, e se ela não tivesse feito isso, eu jamais bateria nela, porque ela me enfrenta, e aí eu não consigo me controlar e sento a mão mesmo”, e aí eu percebo que não existe culpa, é um discurso muito organizado sedutor, que não tem remorsos, no qual percebemos que é da boca para fora é um discurso vazio, que não tem sentimentos. E assim ele não vem frequentemente aos atendimentos, e quando vem, vem bem espaçado e por muita pressão da mulher, e quando é confrontado aqui, que eu coloco os dois para dialogar ele só falta perder o controle”. (Profissional 11)

O trecho extraído da fala do profissional 11 aproxima o sujeito autor da violência a um quadro de perversão (“*eu percebo que não existe culpa, é um discurso muito organizado sedutor, que não tem remorsos, no qual percebemos que é da boca para fora é um discurso vazio, que não tem sentimentos*”), no entanto, no discurso deste sujeito ainda se percebe que as relações de gênero estão extremamente presentes (“*macho que é macho, não admite a mulher falar alto, e se ela não tivesse feito isso, eu jamais bateria nela, porque ela me enfrenta, e aí eu não consigo me controlar e sento a mão mesmo*”).

De fato, os papéis de gênero estiveram fortemente presentes em todas as categorias citadas acima (patriarcado/família, histórico familiar, ciúmes, entorpecentes e personalidade), o que nos leva a corroborar com Moraes e Ribeiro (2012) quando afirmam que a literatura tem mostrado que

as diferentes concepções de papéis prescritos às mulheres mais recentemente, como os de "trabalhadoras" e "cidadãs", pouco alteraram as perspectivas que as vinculam aos papéis de esposas, mães e *cuidadoras* (Jenson, 1997; Orloff, 2005; Sorj & Fontes, 2007; Lewis, 2001; Gornick & Meyers, 2007). Valores universais relacionadas à responsabilidade das mulheres por um bem comum foram concebidos, imemorialmente, através de uma articulação com a ideia de *cuidados*. As mulheres como *agentes responsáveis* tiveram as suas identidades constituídas em face da valorização dos seus papéis de *mãe, protetora, esposa e cuidadora*, associações amplamente difundidas no senso comum. (p. 54)

Ou seja, a ideia de patriarcado ainda se mostra muito presente nas relações violentas que foram encontradas e no discurso dos profissionais que atendem o homem supostamente autor de violência conjugal, denotando a presença deste discurso quando do atendimento. Como dito anteriormente, a categorização das causas nos cinco grupos acima mencionados não torna exclusiva a condição geradora da violência. Estas causas podem ser compreendidas como complementares e complexas.

	Família/patriarcado	Estresse	Ciúmes	Entorpecentes	Personalidade
Prof. 1	X	-	X	-	-
Prof. 3	X	X	X	X	-
Prof. 4	X	-	X	X	-
Prof. 11	X	-	-	-	X

Tabela 3: Possíveis causas da violência conjugal identificada na fala dos profissionais entrevistadas

4.2.2. Profissionais entrevistados e os polos de discussão sobre o tema

Ainda com relação ao objetivo específico nº 1, que além de identificar as causas apontadas, visa identificar posicionamento dos homens que agredem, segundo a visão dos profissionais, relacionando estas aos pressupostos teóricos adotados. Dessa forma, serão apresentados os três polos de polêmica identificados por Oliveira e Gomes (2011), bem como os profissionais que identificamos se relacionar com determinado polo.

Vale ressaltar que os polos se diferenciam, principalmente, pela visão do fenômeno, possível causa da violência e atores sociais envolvidos, e, pelo objetivo da pesquisa, as falas dos profissionais foram diferenciadas somente enquanto ‘causa’. Assim, pôde-se identificar que dois dos cinco profissionais analisados podem pertencer ao primeiro pólo de discussão, um do segundo e um do terceiro, conforme tabela abaixo (Tabela 4).

	Polo 1	Polo 2	Polo 3
Prof. 1		X	
Prof. 3	X		

Prof. 4	X		
Prof. 11			X

Tabela 4: Pólos de discussão em violência conjugal – posicionamentos dos profissionais entrevistados

- Primeiro polo

Amplamente ligado às questões femininas, o primeiro polo de discussão, tem como explicação causal a violência doméstica e familiar contra a mulher como um problema de patriarcado/gênero (OLIVEIRA e GOMES, 2011). De modo que os profissionais 3 e 4 parecem identificar-se com este, segundo suas falas:

➤ Profissional 3

A Profissional 3, por sua vez, não cita a violência como parte do feminino em seu discurso, ressaltando questões familiares, culturais e de abuso de substâncias como a maior causa dos casos por ela atendidos, como vemos nas citações abaixo, por isto, podemos identificá-la como parte do **primeiro polo de discussão**.

“Principalmente os casos decorrentes do histórico de família, de violência que viveram na infância e que estão repetindo agora né? E tem o caso de bebida alcoólica e drogas, entendeu? Que é caso de saúde, então eles precisam de um tratamento adequado, não é cadeia, (...) é caso de saúde pública porque tudo é violência de mais o pai da violência é decorrente da bebida alcoólica taxado esse tipo de coisa entendeu? E drogas também, que eu saiba bebida alcoólica também é uma droga né? Mais legalizada mas é droga”

➤ Profissional 4

Durante a entrevista da Profissional 4 também percebeu-se um discurso voltado para questões familiares e culturais, quando discutida a possível causa da violência conjugal, além da ampla referência ao álcool. Por estes motivos, podemos classificar esta Profissional como parte do **primeiro polo de polêmica**, como podemos visualizar na citação abaixo:

“Eles falavam como álcool, e que as mulheres falavam como álcool e drogas, o motivo né que gera a violência, e eles fazem um comentário que não, que a gente acredita que não é o fator determinante, e até cita uma promotora né, a Cris Cavalcante, que trabalha essa questão,

não é o fator que gera né, não é a raiz do problema como ela coloca, é, ai existem outras questões, por traz da construção cultural da sociedade com essa conduta machista né, intolerante, com, com, até educação diferenciada pra mulher pro homem, pro homem como a força né, como o valentão, como, como o, o que tem que né, não pode chorar, então a gente coloca bem isso e não existe muito essa noção da , sociedade ta por trás, o machismo né, a cultura mesmo enraizada no machismo, e eles veem mais o que tá visível né, e o que ta visível é o álcool e droga né?” (Profissional 4)

- Segundo polo

Por sua vez o segundo polo admite que homens e mulheres perpetram violências igualmente (ou quase) graves na relação, passando a denominar o fenômeno de violência conjugal/na relação. Apenas um profissional entrevistado satisfaz os requisitos para que fosse identificado como parte desta linha de pensamento, o Profissional 1.

- Profissional 1

Percebeu-se, na fala desta profissional, que a causalidade da violência foi, muitas vezes, atribuída à relações familiares e patriarcais. No entanto, percebeu-se a presença de falas apontando para um determinado tipo de relação violenta proveniente da figura feminina, que apontam o discurso como parte **do segundo ponto de polêmica**, conforme vemos nos excertos que seguem:

“Esse garoto, ele vai se relacionar com outras mulheres e vai enxergar todas as outras mulheres com aquela mesma ótica que ele enxerga a mãe, que é uma vagabunda, que é uma vadia, que uma hora vai abandoná-lo, vai traí-lo. E não é complicado.” (Profissional 1)

“Porque tem muita mulher abusiva, só que tem menos espaço pra ela se espalhar, porque é um negócio que as pessoas num aceitam. Homem que apanha de mulher, ele é execrado. Já a mulher, o homem que bate que bate, ele é compreendido. É mais compreendido o homem que bate que o que apanha, do que o que apanha. o que apanha é uma fraco, num é o papel de homem.” (Profissional 1)

- Terceiro polo

Finalmente, o terceiro polo de discussão admite a existência de estilos distintos de conjugalidade violenta, onde cientistas sociais e psicólogos buscam, no mínimo, uma parceria com o feminismo, como foi verificado na fala do Profissional 11

➤ Profissional 11

Neste caso, foi possível de se perceber que, apesar deste profissional citar várias vezes a questão do patriarcado como algo que pode ser a causa da violência no casal, o mesmo traz um aspecto que não foi citado – pelos outros profissionais ou mesmo pela literatura – a questão da personalidade do indivíduo e de uma possível perversão como causa direta dos atos violentos causados contra a companheira, o que nos leva a entender que este Profissional tende a apoiar o **terceiro pólo** – de modo que parece entender isto como ‘estilos’ distintos de conjugalidade violenta, conforme visto abaixo:

“Tiveram uns 2 ou 3 casos que no qual percebemos que não havia condições mesmo, pois por mais que buscassemos acompanhar, e fazer tudo, eles têm essa limitação, que não é somente uma questão conjugal, a violência não é somente isso, mais algo que influencia em todos os ângulos da vida deles.” (Profissional 11)

Como síntese do objetivo específico 1, pudemos cruzar os dados das categorias encontradas relacionadas à provável causa das ações de violência no casal com a perspectiva de qual polo de pensamento estes tenderiam à apoiar, segundo as falas dos profissionais entrevistados, encontrando o seguinte resultado:

	Pólo 1	2	3
Família/Patriarcado	X	X	X
Estresse	X		
Ciúmes	X	X	
Entorpecentes	X		
Personalidade			X

Tabela 5: Categorias das causas de violência conjugal e pólos ideológicos segundo o posicionamento dos profissionais entrevistados.

Nesta tabela podemos visualizar que as categorias *FAMÍLIA/PATRIARCADO*, *ESTRESSE*, *CIÚMES* e *ENTORPECENTES* foram mencionadas como possíveis causas da violência no casal pelos profissionais que apoiam o primeiro pólo ideológico, o que está amplamente ligado às questões femininas. Por outro lado apenas as categorias *FAMÍLIA/PATRIARCADO* e *CIÚMES* foram citadas pelos representantes do segundo pólo. Enquanto *PERSONALIDADE* foi citado unicamente pelo participante que categorizamos como parte da terceira via, junto com a categoria *FAMÍLIA/PATRIARCADO*.

É interessante ressaltar a presença da categoria *FAMÍLIA/PATRIARCADO* nos representantes dos três pólos, este fator – além de colocar em foco a sociedade patriarcal que encontramos nas famílias brasileiras ainda neste século – evidencia que a possível causa para a ocorrência de violência conjugal não é o que difere estas linhas de pensamento, mas sim, a maneira como este fenômeno é encarado por cada uma delas, além das outras categorias elencadas pelo próprio profissional.

Para exemplificar tal afirmativa, trazemos a fala de dois profissionais:

“(...)é aquela questão de ciclo da violência ininterrupto. Você atende uma geração de mulheres que são agredidas, daqui a pouco você vai atender as que são agredidas por um dos filhos daquelas relações doentes. E a, as agressões são iguais.” (Profissional 1, Pólo 2)

*“Então o discurso é esse, quando eles sentem-se ofendidos e invadidos na sua posição de macho, de patriarcas, que é o homem autoridade da família ali, e eu percebo isso muito como uma **disputa de poder**, e quando ele se sente ameaçado é a forma que ele tem de recuperar (...)detecto que vem da questão familiar, uma questão de referencial” (Profissional 11, Pólo 3)*

Embora seja notório que ambas as falas tratam da questão *FAMÍLIA/PATRIARCADO* admite-se na fala do Profissional 1, a presença de um provável determinismo, enquanto na fala do Profissional 11 a “disputa de poder” mencionada dá vazão ao entendimento de que apesar da ideologia de que “é o homem autoridade da família”, há algo ou alguém que disputa isso, logo, com possibilidade de mudança desta realidade.

4.2.3. Recursos a um atendimento responsabilizante e de apoio

Tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa (identificar, através da fala de profissionais, possíveis limites e recursos de um atendimento responsabilizante e de apoio a homens tidos como autores de violência conjugal no enfrentamento à violência), bem como o objetivo específico nº4 (apontar possíveis recursos a um atendimento de apoio e responsabilizante a homens tidos como autores de violência conjugal, a partir das falas dos profissionais), será apresentada a análise da fala dos participantes quando relacionada aos recursos a um atendimento responsabilizante e de apoio aos homens atendidos.

Ressalta-se que, quando do uso da palavra recurso, nos valemos deste enquanto ‘meio para resolver um problema’. Assim, as categorias abaixo apresentadas foram apresentadas nas falas analisadas como um possível “meio” proporcionado durante o atendimento destes. Desta forma, foram identificadas as seguintes categorias:

➤ Categoria ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR enquanto RECURSO

O ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR e o trabalho em rede hoje é uma prática comum quando do atendimento à casais em situação de violência conjugal (HANADA, OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2010). Assim, pudemos verificar, nas falas dos profissionais aqui analisados, que este se configura enquanto um recurso quando do atendimento à homens (e mulheres) em situação de violência, conforme verificado nas falas a seguir:

“Olha, outro dia eu atendi um senhor que ele tava com problema familiar. Eu tava atendendo um outro caso, era estelionato e tal. No meio da conversa ele me disse: “Doutora, eu peço só que me ajude, pelo amor de Deus! Porque a minha mulher tá pensando que eu... tá com AIDS e acha que eu passei”. Realmente tava. Depois eles até faleceram os dois. Mas eu que encaminhei. Encaminhei pra Maternidade Moura Tapajós pra que eles fizessem os examezinhos corretos e pro serviço de psicologia da maternidade, pra serem atendidos, porque realmente eles tavam com problema.” (Profissional 1)

“(...) a juíza encaminhou pra gente, a gente chamou né, os dois, e conversamos com ele e no primeiro atendimento ele, ele tava bem acabado, sabe bem abatido mesmo, tinha ééé acabado, estavam separados né, ela disse que, ela não colocou que gostava dele, mas que,

não queria mais viver com ele daquele jeito, e ele disse que pra reconquistar a família dele, e mesmo que ele não conseguisse reconquistar a família, ele colocou essa questão, ele queria sair das drogas, daquela vida dele de que não tava mais agüentando, e que isso ele reconhecia, que ele só batia na mulher porque ficava drogado né, porque ficava drogado em casa, chegava daquela forma, ai ela, ai ele ficou né, ele aceitou o acompanhamento, a gente, não na época ele voltou a trabalhar, a gente já tava providenciando o local pra internação dele mesmo, mas ele começou a trabalhar, e ele disse que ele precisava, é trabalhar praaaa colocar de volta o que ele tinha tirado de dentro de casa, e assim como é, sustentar a família, já que a mulher não trabalhava, e inclusive perdeu o emprego por causa dele, porque ele foi fazer escândalo lá no trabalho dela, e ai ele ficou a disposição pra ir pros grupos de apoio né, alcoólicos anônimos, narcóticos, ele chegou a ir, pelo menos até o final desse acompanhamento, ele tinha ido 2 vezes só né, (...) e ele colocou que ele tava mudado e agente colocou também que, ele precisava de um acompanhamento, queee podia ter uma recaída né a qualquer momento. E o interessante que eu achei nesse caso, foi assim que ele deixou bem claro, ééé “eu to querendo reconquistar a minha família, mas mesmo que eu não consiga, eu quero ajuda”, (...), o nosso trabalho despertou nele até essa preocupação para que a gente buscasse ajuda, para que eles continuassem, ai a gente não tem condições de continuar aqui, e a gente fica de mãos atadas até pra encaminhar, entendeu?” (Profissional 4)

➤ Categoria AUTORIDADE DISCURSIVA enquanto RECURSO

Por AUTORIDADE DISCURSIVA nomeou-se a categoria que expressa o poder que a fala do profissional possui, na relação estabelecida com o sujeito atendido. O fato de uma determinada orientação ou conselho emanar de um profissional do atendimento, foi visto enquanto recurso transformador, uma vez que o reconhecimento da autoridade de quem profere o discurso é reconhecido pelo homem, que passa a considerar os conteúdos expressos com uma qualidade superior. A AUTORIDADE DISCURSIVA, por sua vez, aparece apenas para uma das profissionais enquanto um recurso, ou seja, a mudança do sujeito através da ‘esculhambação’, do uso da fala neste lugar de suposto saber, conforme segue:

“Ai, Doutora depois que aconteceu aquilo a minha vida mudou tanto! (...)Que a senhora me deu aquela esculhambação. eu percebi que eu tava errado”. Teve um que chegou (risos) eu preendi que ela tava bêbada...” (Profissional 1)

➤ Categoria DEVOLUTIVA/REFLEXÃO enquanto RECURSO

A DEVOLUTIVA/REFLEXÃO, por sua vez, foi o recurso mais recorrente entre a fala dos profissionais entrevistados, se configurando, também, enquanto uma atividade da escuta, um processo que compreende “o que se oferta e o que se demanda” (HECKERT, 2007, p. 9), onde a possibilidade de escuta e reflexão é vista como um recurso por parte dos profissionais.

“Percebemos que faltava a promoção de um espaço para que eles dialoguem a relação sobre cada um, e as diferenças de cada um, sobre como um lidar com outro, e a partir do momento que existe esse espaço e que fazemos essa intermediação com respeito, o momento de um falar e o outro escutar, percebemos sim uma evolução. Exceto alguns casos que vemos que existe comprometimento de personalidade e que não tem condições de comprometimento”.
(Profissional 11)

➤ Categoria TRATAMENTO ADEQUADO enquanto RECURSO

Ressaltamos que esta fala foi a única da categoria, criada pelo motivo de que o profissional situa este tratamento como um “apoio fora daqui” (do ambiente de trabalho deste), não sendo suficiente para a categoria “atendimento multidisciplinar” dada a não especificação do que seria tal apoio aos homens atendidos.

“Principalmente os casos decorrentes do histórico de família, de violência que viveram na infância e que estão repetindo agora né? E tem o caso de bebida alcoólica e drogas entendeu que é caso de saúde, então eles precisam de um tratamento adequado, não é cadeia, não é prisão tudo bem que eu falei que gera impunidade gera, mas eu acho que se tivesse uma retaguarda se nós tivermos é um apoio fora daqui pra esses homens não tenho duvida que com relação a isso talvez eles se tornem, venham a melhorar, daqui a um tempo porque é caso de saúde pública” (Profissional 4)

4.2.4 Limites à um atendimento responsabilizante e de apoio

Visando responder ao objetivo número 4, apontar possíveis limites a um atendimento de apoio e responsabilizante a homens tidos como autores de violência conjugal, a partir das falas dos profissionais, apresenta-se abaixo categorias encontradas nas entrevistas dos profissionais analisados de possíveis entraves a um atendimento de apoio e responsabilizante.

➤ Categoria ATRIBUIÇÃO DO CARGO enquanto LIMITE

Durante a análise das entrevistas, os trâmites e burocracias referentes ao cargo dos profissionais apareceram como um possível limite do atendimento, de modo que a “ajuda” só pode ser dada mediante um “formato padrão”. Como visto na fala abaixo, onde a profissional afirma: “eu não posso impedir que você bata na sua mulher enquanto **ela** não pedir a minha ajuda”, o pedido do homem, nesse caso, parece ser inviável, excluindo-o deste universo de ‘ajuda’.

“Eu não posso impedir que você bata na sua mulher enquanto ela não pedir a minha ajuda. Mas a partir do momento que ela pedir a minha ajuda, eu vou poder fazer isso – explico pra ele. Se ela representar contra você, eu vou fazer um inquérito policial. Se vc chegar aqui, sua mulher tiver machucada, eu vou flagrantear, você vai pra penitenciária. Vai piorar a situação de vocês, porque os filhos vão passar necessidades. Então (...) as pessoas mais simples ficam com medo, muito medo.” (Profissional 1)

“Sei que existe um histórico se eles começaram a beber, porque eles viram o pai fazer ou porque eles foram induzidos, então tem que desconstruir isso, e nós não temos como desconstruir isso, a justiça não tem, meu trabalho aqui é um trabalho né voltado pra a lei diz prevenção a violência, mas como eu vou prevenir, é a minha função é prevenir” (Profissional 3)

➤ Categoria ESCUTA PROFISSIONAL SELETIVA/RESTRITIVA enquanto LIMITE

A importância da escuta na compreensão do sujeito foi comentada anteriormente, no entanto, no entanto Heckert (2007) afirma a existência de uma prática que denomina ‘escuta surda’, onde o ouvir sem escutar acaba se tornando uma coleta de evidências, sinais, ou, ainda, um ato de protocolar.

“Pra ti ter uma idéia, eles têm tanta necessidade de falar que quando eles chegam, às vezes eu tenho que cortar, porque eles querem me contar detalhes da vida sexual deles. Não me interessa. “Aí, porque ela fez isso, isso. Ela nunca tinha feito. é porque ela tem outro, que aprendeu fazer isso, isso, assim, assado”. Digo: “Calma! Não é, não... Esse, isso num me

*interessa!!” Tem uns que trazem gravação pra eu ouvir. Digo: “Eu não quero ouvir”.
(Profissional 1)*

➤ Categoria HOMEM MISÓGINO enquanto LIMITE

O homem misógino, em que a idéia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária do feminino (FILHO, 2005), aparece aqui enquanto uma visão de homem pré-estabelecida, onde as relações estabelecidas pelo sujeito são entendidas enquanto únicas, independente da história deste ser e de seus cruzamentos, onde se situa o limite do atendimento.

“A forma como ele trata a esposa me diz como ele encara a mulher. Então o fato de ele me tratar com, com respeito, cum... Isso pra mim é puro fingimento, porque se ele respeitasse mulheres, ele num desrespeitava a dele. É, o que eu percebo nos homens? ” (Profissional 1)

“Tinha um paciente que ele é dependente químico, ele já foi preso várias vezes não só por violência conjugal, mas também por outras infrações como tráfico de drogas, assalto a mão armada, e ai nós colocávamos a questão conjugal aqui e perguntávamos se ele estava disposto a melhorar, e ele respondia que sim, que sabia que havia cometido um erro, que a mulher dele era uma boa mãe e esposa, que queria que ela o perdoasse, pos ele perdia o controle na hora, e dizia “porque o senhor sabe né doutor, macho que é macho, não admite a mulher falar alto, e se ela não tivesse feito isso, eu jamais bateria nela, porque ela me enfrenta, e ai eu não consigo me controlar e sento a mão mesmo”, e ai eu percebo que não existe culpa, é um discurso muito organizado sedutor, que não tem remorsos, no qual percebemos que é da boca para fora é um discurso vazio, que não tem sentimentos. E assim ele não vem frequentemente aos atendimentos, e quando vem, vem bem espaçado e por muita pressão da mulher, e quando é confrontado aqui, que eu coloco os dois para diálogo ele só falta perder o controle”. (Profissional 11)

4.2.4 Discutindo possíveis limites e recursos à um atendimento de apoio e responsabilizante à homens tidos como autores de violência conjugal no enfrentamento à violência

Finalmente, com o intuito de responder ao objetivo geral deste projeto (Identificar, através da fala de profissionais, possíveis limites e recursos de um atendimento

responsabilizante e de apoio a homens tidos como autores de violência conjugal no enfrentamento à violência), apresentamos no quadro abaixo as categorias encontradas para limites e recursos ao atendimento responsabilizante e de apoio a possíveis autores de violência detectados através das falas dos profissionais aqui analisados.

RECURSOS	LIMITES
Atendimento multidisciplinar	Atribuição do cargo
Autoridade discursiva	Escuta profissional restritiva/seletiva
Devolutiva/Reflexão	Homem misógino
Tratamento adequado	

Tabela 6: Categorias de limites e recursos a um atendimento responsabilizante e de apoio a possíveis autores de violência conjugal analisados.

Com o intuito de ampliar a discussão trazida pelas categorias apresentadas (quadro acima), estas serão discutidas aqui individual e coletivamente. Desse modo, os recursos **AUTORIDADE DISCURSIVA** e **DEVOLUTIVA/REFLEXÃO**, além do limite **ESCUA PROFISSIONAL RESTRITIVA/SELETIVA**, parecem perpassar o mesmo eixo inicial: a importância da escuta quando do atendimento à homens (e casais) em situação de violência conjugal.

Conforme exposto na apresentação destas categorias, a escuta é extremamente presente, não apenas na prática psi, mas em todas as outras que atravessam a história de usuários/clientes/etc.. A linguagem, segundo Santos (2000), não tem abertura ou fissura, pois é instrumento do comunicar as experiências dos indivíduos e da coletividade, sendo plena porque por ser aquilo que os sujeitos dizem, atos de fala e escuta. No entanto, quando esta escuta é limitada ou uma “escuta surda”, como menciona Heckert (2007), a linguagem e o que se comunica, conseqüentemente, se limita.

Aqui, temos a escuta utilizada no atendimento de maneiras diferentes, ora limitante e ora provedora de recursos, o que nos leva a considerar que, provavelmente, o profissional e sua formação acadêmica e ideológica, podem, para além das burocracias existentes (ver item **ATRIBUIÇÃO DO CARGO** como LIMITE), ser veículo de promoção de recursos ou limites ao homem/casal atendido.

A autoridade discursiva, ou o uso do lugar de suposto saber por parte do profissional, foi considerado recurso por parte do profissional analisado (P1), por ter verificado um movimento no sentido da mudança da postura violenta para com a mulher por parte de um

homem atendido. Contudo, voltamos a discussão para a importância da formação dos profissionais, para além de teorias e técnicas, esta que dá bases para o fazer da profissão, em outras palavras: seria a mudança pelo medo empoderadora e transformadora para o sujeito? (“os mais pobres, eles sentem medo” – Profissional 1)

Com relação à ATRIBUIÇÃO DO CARGO enquanto LIMITE percebe-se que existem estruturas organizacionais que não permitem determinadas posturas quando da execução da função, no entanto, nesse limite encontra-se muito do ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR enquanto RECURSO, uma vez que o conhecimento da rede de apoio (da existência ou inexistência deste, também) permite que o atendimento continue, em um sistema dinâmico e complexo, onde vários profissionais, com suas especificidades, podem amparar este usuário em vários níveis, cada qual destes com seus limites e recursos pertinentes ao seu cargo.

Embora em categorias diferentes a categoria TRATAMENTO ADEQUADO enquanto RECURSO, também se relaciona à prática acima elucidada, no entanto pensa-se ser importante a separação desta categoria da categoria de ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR pelo desconhecimento desse “tratamento adequado” que é citado pela profissional, demonstrando a necessidade e ao mesmo tempo o desconhecimento da rede de apoio fora do seu local de trabalho.

Por fim, e, diferente das outras categorias o HOMEM MISÓGINO enquanto LIMITE, se refere à uma ideologia dos profissionais entrevistados e de um possível limite que é remetido ao homem atendido e não necessariamente, segundo as falas analisadas, ao fazer dessa profissional, seja esta uma ideologia que patologiza ou determina.

A categoria HOMEM MISÓGINO enquanto LIMITE foi a única, entre as categorias, onde a fala dos profissionais entrevistados situava o impedimento ou dificuldade restrito à uma dimensão do sujeito atendido, ou seja, as outras se referiam ao fazer do profissional, sua função e/ou à rede de apoio e não a um obstáculo referenciado no homem autor da violência em si. Isto nos faz vislumbrar um cenário positivo, tomando como referencia a fala destes profissionais, o que deve marcar suas experiências. Tal fato parece superar a tendência existente de justificar o fracasso das mudanças ao indivíduo, anulando as possibilidades de construção de novas possibilidades. Uma vez que os limites e recursos foram preponderantemente situados no campo das ações coletivas, entende-se que, na perspectiva dos profissionais, as relações violentas cujos homens atendidos ocuparam lugar central, são passíveis de transformações ou de influências do próprio fazer destes, desde que aprimorados os modos de atendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprofundamento da temática que envolve a presente pesquisa confirmou a importância de se debater sobre o fenômeno da violência conjugal, bem como o papel do homem neste e, também, na maneira como esta discussão (na Psicologia e em outros campos do conhecimento) chega às pessoas que estão diretamente envolvidas com a causa.

Assim, foi possível verificar que a maior parte dos profissionais entrevistados remete à

questão de patriarcado/família como a principal causa da violência no casal, no entanto ao procurarmos identificar os possíveis polos que estes profissionais tenderiam a apoiar, houve uma divisão homogênea de opiniões. Para além deste dado, pode-se afirmar que todas as categorias causais encontradas perpassaram a questão patriarcal, o que fomentou a discussão dos papéis de gênero que ainda podem estar cristalizados na sociedade.

O que nos levou a discutir que a forma como o fenômeno (neste caso, a questão do patriarcado/família) é encarada, diz mais destas linhas de pensamento, do que a causa em si. Ou seja, apesar da questão do patriarcado ainda aparecer como uma das principais questões para a causalidade da violência conjugal, como defende o movimento gerador das discussões nesta área (aqui chamado de primeiro pólo), diferentes formas de conjugalidades violentas parecem estar em voga e permeando a atuação dos profissionais entrevistados.

Também, ao analisarmos os limites e recursos a um atendimento responsabilizante e de apoio aos homens autores de violência pôde-se verificar de que a maioria destes se encontra no “meio profissional”, em outras palavras todos os limites e recursos encontrados menos um não demonstram uma ‘incapacidade’ do outro lado, mas possibilidades no atendimento em rede, de forma que o sistema e a rede de atendimento à casais em situação de violência conjugal possa ser investido e dinamizado, e na formação profissional.

Finalmente, pode-se considerar que o objetivo geral, bem como os objetivos específicos, do presente projeto foram atingidos e que a discussão realizada não esgota em si, mas demonstra parte da realidade e pode auxiliar a fomentar discussões acerca da violência doméstica, bem como os polos de discussão trazidos por Oliveira e Gomes (2011).

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso masculino. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 58, n. 4, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000400002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672005000400002>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. (1977).

Bicalho, Elizabete. A Nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas – Goiânia, 2001. 178p

Brasil, Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, Congresso Nacional, Brasília

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Gill, R. Análise do discurso. In: Bauer, M. W & Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, May 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500003>.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, Apr. 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso>>. Acessado em 07 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>.

‘LINCOLN, Yvonna, GUBA, E. *Naturalistic Inquiry*. SAGE Publications. Beverly Hills. 1985.

MEDRADO, Benedito . A Lei Maria da Penha não é contra os homens, é a favor de uma sociedade sem violência : conquistas, lacunas e desafios em políticas públicas. In: Carmen Torquist; Clair Castilhos; Mara Coelho de Souza Lago; Teresa Kleba Lisboa. (Org.). *Leituras de resistência: Corpo, Violência e Poder*. 1ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, v. 1, p. 20-35.

Mello, Rodrigo ; **MEDRADO, Benedito** . Produção de sentidos sobre violência de gênero em documentos de domínio público no campo da educação. 2009.

MINAYO, M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*,1: 278-291. 1990

Oliveira, Anderson. Políticas públicas no combate à violência de gênero: a criação de centros de educação e responsabilização para Homens agressores. VII ENECULT. Salvador, 2011

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, May 2011

. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500009&lng=en&nrm=iso>. Acessado

em 04 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000500009>.

Oliveira, Katia Lenz de. Discursos de homens em conjugalidade violenta. 227 fls. Tese – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, maio de 2010.

PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. Sentidos de violência conjugal: a perspectiva de casais. 2009

SCHRAIBER, Lília Blima et al . Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, Aug. 2009

. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em

04 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400009>.

SPINK, M. J. (org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

3	Apresentação Oral Parcial				X									
4	Elaboração do Relatório Parcial						X							
5	Elaboração do Resumo e Relatório Final												X	X
6	Preparação da Apresentação Final para o CONIC												X	X